

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 06/2014**

Período: 08/03/2014 – 14/03/2014

GEDES – Brasil

- 1- Comissão de Anistia decidiu por indenização de mulheres vítimas do regime militar
- 2- Uso de jatos da Força Aérea Brasileira por autoridades é tema recorrente de debate
- 3- Evento debateu 50 anos do golpe militar
- 4- Colunista comenta associação do Exército com seguradora privada
- 5- Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro considera envolver Exército em projeto de pacificação
- 6- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares será marcado por diversos eventos
- 7- Brasil anistiou jovens durante a 78ª Caravana da Anistia
- 8- Discurso de Goulart em 1964 pode ter acelerado a instauração do regime militar
- 9- ONU nomeia novo general brasileiro para comando da força militar da operação de paz no Haiti

1- Comissão de Anistia decidiu por indenização de mulheres vítimas do regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça analisou no dia 07/03/14, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (08/03), processos de 10 perseguidas políticas do regime militar (1964-1985). A Comissão decidiu pela indenização monetária em todos os casos, sendo os fatos relatados referentes à tortura, exílio, abandono forçado de empregos, entre outros. A sessão contou com relatos da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, a qual argumentou que os órgãos públicos devem contribuir para esclarecer os crimes cometidos naquele período. Disse ainda que após a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, marcado para novembro de 2014, o governo federal deve analisar quais medidas devem ser tomados diante dos fatos apresentados. O *Correio* ressaltou que a atuação das mulheres na resistência ao regime militar esteve presente inclusive nos grupos que pegaram em armas, como o Comando de Libertação Nacional (Colina). (*Correio Braziliense – Política – 08/03/14*)

2- Uso de jatos da Força Aérea Brasileira por autoridades é tema recorrente de debate

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, levou a mulher, Roseli Regis dos Reis, em viagem oficial durante o carnaval por três capitais brasileiras utilizando avião da Força Aérea Brasileira (FAB). As viagens referem-se à participação do ministério na campanha de mobilização e promoção do uso de camisinha durante o carnaval. O decreto 4.244/2002, sobre o uso das aeronaves da FAB por autoridades, afirma que estas podem ser

utilizadas por “motivo de segurança e emergência médica, em viagens a serviço e deslocamentos para o local de residência permanente”, mas não determina quem pode viajar acompanhando a autoridade. A assessoria do ministro afirmou que Reis não representou nenhum gasto adicional aos cofres públicos. De acordo com a *Folha*, o uso dos jatos da FAB por autoridades não é um tema novo no cenário político; e por isso a Comissão de Ética Pública propôs que alterações sejam realizadas no decreto que estabelece as normas para tal uso, regulamentando por exemplo o uso das aeronaves por acompanhantes das autoridades. O jornal esclareceu que o decreto não atinge a presidenta da República, Dilma Rousseff. De acordo com o jornal, a oposição deverá encaminhar à Procuradoria-Geral da República um pedido de investigação sobre o uso do avião da FAB pelo ministro da Saúde. (Folha de S. Paulo – Poder – 08/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 09/03/14)

3- Evento debateu 50 anos do golpe militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, nos dias 11 e 12/03/14 ocorreu no Teatro Anchieta, na cidade de São Paulo, o seminário “1964: 50 anos depois”. O evento, promovido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e pelo Sesc-SP, contou com mesas que debateram a tomada de poder pelos militares no Brasil e promoveu visitas guiadas a locais referentes ao regime militar (1964-1985), como delegacias e centros de tortura. Em um dos debates, o historiador Jorge Ferreira argumentou que “parece que a relação da sociedade brasileira com esse golpe é um caso mal resolvido”; porém destacou o crescente interesse da sociedade no período do regime militar. (Folha de S. Paulo – Poder – 08/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 12/03/14)

4- Colunista analisa associação do Exército com seguradora privada

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, Elio Gaspari comentou a associação do Exército brasileiro com uma seguradora privada e as implicações para indenizações por morte em serviço. O caso veio à tona após a morte de dezoito militares brasileiros que integravam a força de paz da ONU no Haiti e foram vítimas do terremoto que assolou o país em janeiro de 2010. Na época, o governo concedeu pensões às famílias das vítimas, bem como um auxílio especial de R\$500 mil a cada uma delas. As viúvas dos militares, os quais tinham seguro de vida vendido pelo Bradesco, consorciado com a Fundação Habitacional do Exército, levaram a questão à Justiça para receber o seguro de vida. No entanto, a seguradora afirmou que a morte dos militares, decorrente de um cataclismo, não era contemplada pelo contrato. As viúvas, por outro lado, afirmaram que os militares estavam em serviço e mereciam o dobro do valor da apólice. A seguradora, mediante a Justiça, já fez acordos com 15 das 18 famílias. Gaspari criticou a Fundação Habitacional do Exército por se associar a uma seguradora privada. (Folha de S. Paulo – Poder – 09/03/14)

5- Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro considera envolver Exército em projeto de pacificação

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro considera a possibilidade de

envolver o Exército em projeto de pacificação. Segundo o *Correio*, apesar da implementação do 38º projeto de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Vila Kennedy, Zona Oeste do Rio de Janeiro, a atenção das autoridades está voltada para o Complexo do Alemão, a Rocinha e o Pavão-Pavãozinho, comunidades que já foram pacificadas, mas ainda concentram resistência e têm sido palco da morte de policiais militares. Segundo *O Estado*, o secretário de Segurança do estado de Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, disse não descartar a possibilidade de pedir ajuda ao Exército para reocupar o território do Complexo da Penha. O jornal ressaltou que as Forças Armadas já atuaram nos complexos, mas incidentes envolvendo o sumiço de um fuzil do Exército e furtos em casas de dois moradores da favela causaram desconforto às autoridades. (*Correio Braziliense* – Brasil – 11/03/14; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 11/03/14)

6- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares será marcado por diversos eventos

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, para marcar o cinquentenário da tomada de poder pelos militares (1964), instituições de todo o país reunirão acadêmicos, estudantes e políticos para debater as causas e consequências do regime militar (1964-1985). Nas cidades de Recife, Campinas, Rio de Janeiro e Brasília haverá diversas palestras, eventos culturais e artísticos sobre o regime militar. Na capital federal Brasília, além de uma sessão solene no Senado Federal, haverá a 2ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura. Na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, integrantes do Ministério Público Federal terão a oportunidade de debater com colegas da Argentina, do Uruguai e da Guatemala as experiências dos regimes militares. Segundo o jornal, o professor e historiador inglês Anthony Pereira defendeu posições polêmicas na abertura de um congresso internacional sobre os 50 anos da tomada de poder pelos militares, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em Recife. O acadêmico afirmou que a falta de interesse da população em relação à investigação de crimes da época do regime militar está relacionada à realidade atual de violência no Brasil. Pereira destacou a importância dos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões da Verdade, da Memória e da Anistia e ressaltou que, em países vizinhos, o índice de criminalidade diminuiu após o fim dos regimes militares. O historiador argumentou que grande parte dos crimes ocorridos no Brasil durante o regime militar eram comuns antes do golpe, no entanto atingiam apenas a população mais pobre; com o regime militar, tais crimes passaram a preocupar a opinião pública ao atingir também a classe média. O *Correio* noticiou também que o cinquentenário da tomada de poder pelos militares inspirou o lançamento de novas obras sobre o assunto. O jornal citou o livro de Marco Villa, que apresenta uma releitura da “ditadura”, argumentando que esta durou menos de dez anos, pois em sua interpretação não se pode falar em “ditadura” durante períodos em que o Congresso Nacional não estava fechado. O historiador Daniel Aarão Reis também teve seu livro “Ditadura e democracia no Brasil” comentado pelo jornal, o qual destacou a proposta de explicar as lacunas nas versões para a história do período do regime militar. Outros lançamentos referem-se a contos de ficção e narrativas sobre o período militar. (*Correio Braziliense* – Diversão&Arte – 11/03/14; *Correio Braziliense* – Política – 11/03/14)

7- Brasil anistiu jovens durante a 78ª Caravana da Anistia

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, no dia 12/03/14, quando foi realizada a 78ª Caravana da Anistia, na cidade de Recife, estado de Pernambuco, o Estado brasileiro anistiu Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar, que no dia 01/04/64 foram assassinados enquanto participavam de manifestação contra a exoneração do então governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes. A concessão da anistia ocorreu dentro da programação do congresso internacional “50 anos do Golpe e da agenda da Justiça de Transição no Brasil”, quando foram homenageados 29 pernambucanos que também lutaram contra a imposição do regime militar. De acordo com o periódico, o evento na cidade de Recife é uma das atividades programadas para os meses de março e abril com a finalidade de reconstruir a memória e compreender as consequências do período do regime militar. O *Correio* informou que iniciou-se no dia 11/03/14, na Universidade de Campinas (Unicamp), o seminário “50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964”, o qual reuniu mais de 20 estudiosos sobre esse tema. Segundo o professor e chefe do Departamento de História da Unicamp e um dos organizadores do ciclo de debates, José Alves de Freitas Neto, a celebração dos 50 anos do regime militar é fundamental “para que a própria sociedade reflita, no presente, em relação às estratégias que escolheu no passado”. (*Correio Braziliense* – Política – 12/03/14)

8- Discurso de Goulart em 1964 pode ter acelerado a instauração do regime militar

Conforme publicado nos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o chamado Comício da Central do Brasil, no dia 13/03/1964, na cidade do Rio de Janeiro, no qual o então presidente da República, João Goulart, fizera o discurso em que apresentava suas reformas de base, acelerou a queda de seu governo e a subsequente tomada de poder pelos militares. Segundo o *Correio*, o pronunciamento de Goulart teve como reação, seis dias depois, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. De acordo com o professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Adriano Codato, “Não existia nem a possibilidade concreta de um golpe (comunista), ou de uma república sindicalista — que eram dois focos da propaganda anticomunista. Isso só fazia sentido na cabeça dos conservadores, militares e setores da imprensa, em função do clima de guerra fria”. Além disso, Codato afirmou que o comício de Goulart, que tratava de temas como a reforma agrária, a estatização de refinarias e o tabelamento de aluguéis, “irritou a sensibilidade social anticomunista”, sendo, porém, o discurso no Clube dos Sargentos, no dia 30/03/1964, o catalisador da revolta militar. Segundo a *Folha*, o ambiente do Comício da Central do Brasil era tenso, pois não houve apoio da polícia liderada pelo governador oposicionista da Guanabara, Carlos Lacerda, e, por isso, coube ao Exército fazer a segurança do evento com três mil soldados, três tanques e seis metralhadoras estrategicamente posicionados nos arredores da Central do Brasil e do Ministério da Guerra. De acordo com o *Correio*, a pesquisadora da Revista de História da Biblioteca Nacional, Nashla Dahás, declarou que “o fato de ele (Jango) estar próximo ao ministério pode ser entendido como um enfrentamento político. Ele sabia que estava ao lado daqueles contra quem poderia se confrontar”. Segundo a *Folha*, para o historiador da Universidade Federal Fluminense (UFF) Jorge Ferreira, o comício significou a aliança de Goulart com as esquerdas e com o

movimento sindical que foi selada, formando um governo exclusivo das esquerdas e "é a partir daí que as direitas partem para o golpe. O comício é a senha para derrubar o governo". (Correio Braziliense – Brasil – 13/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 13/03/14)

9- ONU nomeia novo general brasileiro para comando da força militar da operação de paz no Haiti

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 13/03/14, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, nomeou o general brasileiro José Luiz Jaborandy como novo comandante militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). O antecessor de Jaborandy no cargo, também general brasileiro Edson Leal Pujol, foi elogiado pelo secretário-geral em função de seu profissionalismo e dedicação. O Brasil comanda a força militar da Minustah desde o início da operação de paz, em 2004; e a partir de abril de 2013 as tropas brasileiras no Haiti vem sendo reduzidas. (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/03/14).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura MeneghimDonadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)